

Art. 47. O eventual decesso remuneratório decorrente das disposições desta Lei, observados a soma das parcelas remuneratórias previstas no art. 12 e o enquadramento do servidor previsto no art. 40, será objeto de complemento, denominado Parcela Autônoma de Irredutibilidade Salarial, que deverá ser expressa em código próprio e convertida monetariamente pelos valores vigentes em 30 de abril de 2011, subsistindo até a total absorção do valor respectivo pelos reajustes subsequentes do valor da Gratificação de Atividade Judiciária ou do Vencimento Básico.

Art. 48. O servidor beneficiado com a estabilidade financeira não poderá perceber, a qualquer título, nenhuma parcela de remuneração da mesma natureza ou finalidade (Lei Complementar nº 3, de 22 de agosto de 1990, art. 1º, § 2º, inciso XVIII).

Art. 49. Fica assegurada a data de primeiro de maio para a revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, provida mediante lei específica.

Art. 50. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber, aos aposentados e pensionistas, nos termos da Constituição Federal.

Art. 51. Os serventuários de justiça aposentados nos termos da Lei nº 10.648, de 18 de novembro de 1991, com a nova redação dada pela Lei nº 11.187, de 22 de dezembro de 1994, terão os seus proventos reajustados quando da revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado, em percentual a ser fixado em lei específica.

Art. 52. A Parcela Autônoma instituída pelo artigo 6º da Lei Complementar nº 13, de 30 de janeiro de 1995, será reajustada quando da revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado, em percentual a ser fixado em lei específica.

Art. 53. Cabe ao Tribunal de Justiça instituir programa permanente de capacitação destinado à formação e aperfeiçoamento profissional, bem como ao desenvolvimento gerencial, visando à preparação dos servidores para desempenharem atribuições de maior complexidade e responsabilidade.

Art. 54. A jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco é de oito horas diárias e quarenta horas semanais, podendo o Tribunal de Justiça fixá-la em sete horas diárias ininterruptas.

Art. 55. O servidor ocupante de cargo efetivo do quadro permanente de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco terá direito à percepção de horas extras pela prestação de serviços extraordinários, desde que realizados no interesse da